

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
-------------------------	-----------

1

MODELO POLÍTICO-CRIMINAL DO ESTADO 21

1.1. Princípios jurídicos	22
1.2. Funções dos princípios jurídicos	23
1.3. Princípios jurídico-penais.....	29
1.3.1. Princípio da legalidade.....	30
1.3.2. Princípio da ofensividade.....	37
1.3.3. Princípio da proporcionalidade.....	40
1.3.4. Princípios da fragmentariedade e da subsidiariedade	42
1.3.5. Princípio da necessidade	46
1.3.6. Princípio da intervenção mínima.....	47

2

O ÂMBITO DA INTERVENÇÃO PENAL 55

2.1. A insignificância	56
2.2. O fundamento material da intervenção penal	69
2.3. As dificuldades para a definição dos casos de bagatela.....	72

2.4. O âmbito dos casos de bagatela: delitos leves próprios e impróprios.....	77
2.4.1. Diferenças em relação ao furto privilegiado ...	81
2.4.2. Diferenças em relação ao furto “famélico”	83
2.5. Aspectos criminológicos.....	87
2.5.1. O paradigmático exemplo do furto.....	88

3

CRITÉRIOS ADOTADOS PARA A DEFINIÇÃO DOS CASOS DE BAGATELA NO BRASIL 93

3.1. As propostas apresentadas pela doutrina	94
3.2. A regulamentação legal	96
3.3. A prática jurisprudencial no âmbito do STF.....	101
3.3.1. O método tópico-indutivo	109
3.3.2. O método conceitual-dedutivo.....	113
3.3.2.1. O HC n. 84.412	114
3.3.2.2. O HC n. 123.108	117
3.4. Análise dos critérios empregados para a definição dos casos de bagatela	121
3.5. Síntese dos critérios classificatórios.....	133

4

A IMPORTÂNCIA DA CLASSIFICAÇÃO JURÍDICA DOS CASOS DE BAGATELA 135

4.1. A definição da tipicidade	137
4.1.1. A interpretação do tipo.....	139
4.1.2. A tipicidade conglobante.....	143
4.1.3. A tipicidade material	145
4.1.3.1. O desvalor da conduta e o desvalor do evento	154

4.1.3.2. A chamada bagatela “imprópria”	157
4.1.3.2.1. Consequência da ausência de necessidade de pena	159
4.1.3.3. A polêmica relativa aos chamados “direito penal do fato” e “direito penal de autor”	164
4.2. A concepção processual	167
4.3. A regulamentação legal	176

5

UMA PROPOSTA ALTERNATIVA DE CLASSIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS EMPREGADOS PARA A DEFINIÇÃO DOS CASOS DE BAGATELA 185

5.1. Premissa metodológica: o conceito integral de delito.....	187
5.2. A dignidade penal do fato.....	193
5.2.1. A afetação do bem jurídico.....	196
5.2.2. O significado e a repercussão social do fato.....	200
5.3. A necessidade de pena	203
5.3.1. Implementação	205
5.3.2. O comportamento social do sujeito (reiteração delitiva).....	207
5.3.2.1. A resposta punitiva proporcional e adequada	210
5.3.2.2. Habitualidade delitiva, reincidência e maus antecedentes	216
5.4. Síntese da proposta de classificação jurídica da categoria denominada bagatela	221
5.5. Uma proposta de regulamentação legal da categoria	223

6

ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES 227

6.1. Classificação da bagatela na punibilidade	232
6.2. Furto.....	240
6.2.1. Categorização penal.....	240
6.2.2. Condições da vítima e circunstâncias do crime	243
6.2.3. Parâmetro objetivo para a insignificância do bem subtraído.....	247
6.2.4. Formas qualificadas do furto	248
6.2.5. Natureza do bem.....	251
6.2.6. Aspectos morais	254
6.2.7. Furto privilegiado.....	255
6.2.8. Furto famélico.....	256
6.2.9. Valor do bem.....	259
6.2.10. Os maus antecedentes e a insignificância penal.....	262
6.2.10.1. Reconhecimento do furto insignificante, com maus antecedentes	271
6.2.10.2. Não reconhecimento do furto insignificante, em razão dos maus antecedentes.....	278
6.2.10.3. Nosso posicionamento sobre o tema	287
6.2.11. A restituição do objeto furtado	301
6.3. Outros crimes.....	304
6.3.1. Atividade clandestina de telecomunicação	305
6.3.2. Crimes contra o meio ambiente	308
6.3.3. Pesca clandestina.....	310
6.3.4. Posse ilegal de munição	313
6.3.5. Contrabando	317

6.3.6. Moeda falsa	322
6.3.7. Crimes contra a administração pública	323
6.3.8. Tráfico de drogas.....	326
6.3.8.1. Importação de sementes de maco- nha.....	329
6.3.9. Violência doméstica	334
6.3.10. Crimes militares	337
6.3.11. Crimes tributários <i>lato sensu</i>	341
6.3.11.1. Crimes tributários e de descami- nho	342
6.3.11.2. Crimes de apropriação indébita previdenciária e de sonegação pre- videnciária	349
6.4. Crítica à jurisprudência dos tribunais superiores..	354

REFERÊNCIAS	365
--------------------------	------------